

A (RE)CONSTRUÇÃO DE CONTEXTOS E CULTURAS DA VELHICE E DO ENVELHECIMENTO: ABORDAGENS DA GERONTOLOGIA SOCIAL/CRÍTICA

A (re)construction of contexts/cultures of old age and ageing: social/critical gerontology approaches

ROCHA, Pedro Afonso Lebre¹

CORREIA, José Alberto²

MEDINA, Maria Teresa Medina³

RESUMO

Entende-se que a teoria social e crítica, assim como os processos da sua reprodução (p.e., a investigação científica), são “linguagens” que objetivam fenómenos da realidade social. Assim, ambos os processos devem ser objetos de reflexividade sobre a representação sociocognitiva desses fenómenos. Neste artigo, parte-se desta preposição epistemológica/metodológica, para interpretar o “uso social do conhecimento” e a “dupla ruptura” do conhecimento produzido pela gerontologia social/crítica. Deste modo, faz-se a revisão de algumas teorias da construção e reconstrução de contextos/culturas da velhice/envelhecimento nas 3^a/4^a Idades. Com a sua análise, pretende-se argumentar que: (i) as 3^a/4^a Idades são categorias diferentes das velhices/envelhecimentos; (ii) existe uma relação social entre agências da política e economia e a formação de contextos/culturas da velhice/envelhecimento nas 3^a/4^a Idades; (iii) as pertenças espaciais/temporais dos(as) idosos(as) reformados(as) são um bom analisador das teorias da construção e da reconstrução; (iv) e não existe um quadro teórico único sobre as pertenças espaciais/temporais devido à capacidade de agência das pessoas idosas reformadas.

Palavras-chave: Gerontologia social/crítica; Contextos/culturas da velhice/do envelhecimento; Pertenças espaciais/temporais.

ABSTRACT

It's understood that the social and critical theory, as well as the processes of its production (f.e., scientific research), are “languages” to objectify a social phenomena. Therefore, both processes should be an object of reflexivity about the sociocognitive representation of the social phenomena. From these epistemological/methodological prepositions, it's analysed the knowledge from Social/Critical Gerontology by theories of “social use of knowledge” and “double rupture”. Thus, it is reviewed some theories about construction and reconstruction of contexts/cultures of old age/ageing in 3rd/4th Ages. From this review, it's concluded: (i) the 3rd/4th Ages and old age/ageing are different categories; (ii) there is a social relationship between political and economical agencies, and the construction and reconstruction of contexts/cultures of old age/ageing in 3rd/4th Ages; (iii) the analyses of spacial/temporal belongings are an important subject of construction and reconstruction theories; (iv) there is no single theoretical framework about spacial/temporal belongings, due to the retired elderly agency.

Keywords: Social/critical gerontology; Contexts/culturas of old age/ageing; Spatial/temporal belongings.

¹ Doutorando em Ciências da Educação pela Universidade do Porto. E-mail: <pedro.lebre.rocha@gmail.com>.

² Doutor e Mestre em Ciências da Educação pela Université de Bordeaux II, Licenciado em Engenharia Electrotécnica pela Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto. Professor Catedrático de Ciências de Educação e integrante do Centro de Investigação e Intervenção Educativas da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto. E-mail: <correia@fpce.up.pt>.

³ Doutora em Ciências da Educação e Licenciada em Ciências da Educação pela Universidade do Porto. Professora Auxiliar em Ciências da Educação e integrante do Centro de Investigação e Intervenção Educativas da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto. E-mail: <tmedina@fpce.up.pt>.

INTRODUÇÃO: USO SOCIAL DO CONHECIMENTO E DUPLA RUPTURA NA GERONTOLOGIA SOCIAL/CRÍTICA

Entende-se que a teoria científica, assim como os processos da sua reprodução social (p.e., a investigação científica), ao mesmo tempo que objetiva fenômenos humanos (sociais, políticos, económicos, culturais, educativos, ambientais), usando uma linguagem e atividade própria, também deve ser objeto de vigilância e de reflexividade crítica. Com isso, não se pretende indicar as ausências de uma teoria científica particular, mas, antes, fazer um exercício de reflexividade sobre a produção de um campo do conhecimento científico, a gerontologia social/crítica, tendo como perspectiva reflexiva as teorias do “uso social de conhecimento” e da “dupla ruptura epistemológica” (SANTOS, 1988, 1989).

Ao privilegiar esse campo da gerontologia, em primeiro lugar, pretende-se recensear uma parte do seu conhecimento sobre os processos de reconstrução dos contextos e culturas da velhice e envelhecimento nas 3ª/4ª Idades. Esses processos resultam de, por um lado, uma nova lógica de agendamento e governação neoliberal dos modernos Estado Social (ES) e Contrato Social e Intergeracional (CSG), com consequências no nível da reprodução social de uma *sociedade da abundância*.⁴ E, por outro lado, resultam da produção política e económica de grupos sociais, formados por pessoas idosas reformadas em sistemas públicos ou privados, que vivem numa conjuntura de exclusão e desigualdade social, inter e intrageracional, dentro das sociedades da abundância.⁵

E, em segundo lugar, pretende-se mostrar como o conhecimento desses processos, ou teorias da reconstrução, se produzem numa lógica de dupla ruptura. Por um lado, a ruptura epistemológica que esse campo faz, quando distingue as categorias de 3ª/4ª Idades, entendidas como uma instituição política e económica dos modernos ES e CSG, e as categorias de velhice e envelhecimento, entendidas como a realização da complexidade bio-psico-socio-cultural da pessoa humana, no tempo/espço do curso de vida humana e seus desenvolvimentos ontogénicos e socioculturais (estrutura muscular, anatómica, neurológica, psicológica, vida quotidiana, mentalidades, recursos económicos, trajetórias educativas).⁶

E, por outro lado, a ruptura societal com os discursos proferidos e práticas acionadas por agências políticas e económicas hegemónicas, e que defendem uma governação neoliberal dos sistemas de segurança e proteção social à velhice/ao envelhecimento (OCDE, FMI, ONU, UE, BCE, BM). Ao admitir a primeira ruptura, a gerontologia social/crítica procura explicar as razões para que, em sociedades da abundância, as 3ª/4ª Idades sejam consideradas, ao mesmo tempo, um campo de soluções para

⁴ Para Silva (2009, p.2-4), os discursos/práticas da “glorificação da sociedade dita da abundância e (pós)moderna” estão a relativizar a desigualdade e exclusão social, em face da aparente heterogeneidade cultural permitida pelas ditas sociedades. Nesse sentido, é paradoxal que as mesmas premissas teóricas, por um lado, “glorifiquem” processos de “nivelamento social”, “crescimento e/ou alargamento das classes médias”, “fragmentação de funções do comando empresarial e organizacional”, “mobilidade social por parte de estratos mais baixos da sociedade”, “emburguesamento das classes médias e trabalhadoras”, a emergência de uma “sociedade pós-industrial” e do “fim do trabalho” e, por outro, “perorem” a exclusão e desigualdade social quando se admite a naturalidade ou naturalização desses fenômenos (ditos de um 3º Mundo), dentro do “primeiro mundo”.

⁵ Cf. Phillipson (1998, 2013a) e Gilleard; Higgs (2000, 2005).

⁶ Cf. Santos (1988, 1989) e Morin (1995, 1996).

a política/economia neoliberal (aumentar a idade da reforma, diminuir pensões) e um problema social/geracional, que vem dando origem a fenômenos de exclusão e desigualdade social, inter e intrageracional, sobretudo nas classes sociais de reformados menos capitalizadas (p.e., classes operárias).

Em suma, entende-se que as 3^a/4^a Idades e as velhices/os envelhecimentos são categorias distintas, cuja simbiose foi o resultado duma “naturalização sociocultural” do projeto de justiça social dos modernos ES e CSG (no pós-guerras mundiais). A universalização desse projeto deu origem, de uma forma muito rápida, a uma “comunidade imaginada” (ANDERSON, 1991) para o curso de vida final da vida humana nas sociedades da abundância, caracterizado por ser “desmercantilizado” (ESPING-ANDERSON, 1990, 2009) da esfera econômica e, porventura, das responsabilidades comunitárias e familiares. Porém, essa universalização foi relativa, existindo assimetrias na institucionalização dos ES e CSG, mesmo no interior dos Estados-membros da Europa, as quais vêm se acentuando.

A CONSTRUÇÃO DE CONTEXTOS/CULTURAS DA VELHICE E DO ENVELHECIMENTO NAS 3^a/4^a IDADES

A gerontologia social/crítica inicia a sua ruptura epistemológica com a história da velhice e de envelhecimento(s).⁷ Com efeito, circunscrevendo aos Estados-nação das ditas sociedades, apenas no final de duas guerras mundiais (anos 50 do séc. XX) se instituíram os modernos ES e CSG, ambos estruturados pela descoberta do “ovo de Colombo” do seu financiamento (MENDES, 2011): cronologizar o curso de vida em 3 idades e duas condições econômicas (ativo VS inativo), assim como regular os rituais de transição entre gerações sociais, em função da equação biológica, política e econômica, em tudo semelhante à “governança biopolítica” (FOUCAULT, 2008) dos Estados-nação.⁸

Os, então, agentes do ES e CSG (governos, patrões, sindicatos, movimentos sociais) atribuíram direitos e deveres para cada tempo social, em função da reprodução sustentável e solidária (intergeracional) dum modelo que, na Europa e nos EUA, se identificou, respetivamente, por *Modelo Social Europeu* e *PAYGO*.⁹ Desde o final da 2^a Guerra Mundial até aos anos 70 (crise do petróleo), e depois aos anos 90 (crise das dívidas públicas), numa lógica de solidariedade intergeracional (as gerações ativas suportavam gerações inativas), esse modelo permitiu reproduzir “os anos de ouro do *third-ageism*” (GILLEARD; HIGGS, 2000),¹⁰ através da governação regulada à escala nacional (*fordista* e *keynesiana*),¹¹ uma “cidadania laboral no local de trabalho e uma

⁷ Cf. Laslett (1991) e Thane (2005).

⁸ Cf. Guillemard (1989) e Kohli *et al.* (1991).

⁹ Cf. Mendes (2011) e Walker (1996a).

¹⁰ Por *third-ageism* entende-se o grupo de pessoas idosas que, apesar de reformadas, mantêm autonomia física e intelectual, devido à coorte de idades cronológicas que compreendem, i.é., entre os 55 anos e os 65/70 anos.

¹¹ Por relações laborais *fordista* e *keynesiana* entende-se: (i) *taylorismo* e *mecanização* como principal organização das relações sociais e organização de produção; (ii) investimento dos “ganhos da produtividade”, ou em outros investimentos, ou no poder de compra das classes trabalhadoras; (iii) “contratualização de longo prazo da relação salarial” com limites ao despedimento e “programa de crescimento salarial indexado à inflação e produtividade”; (iv) e “padrão de integração institucional e coesão social” garantido pelo “consumo de mercadorias massificadas e estandardizadas” e “fornecimento de bens e serviços coletivos estandardizados pelo Estado burocrático” (COSTA, 2008, 23-24).

economia de pleno emprego” (COSTA, 2008) ou, pelo menos, a sua ilusão suportada por sistemas de pensão, relativamente, universais e “generosos” (KOHLL; ARZA, 2008).

Para a gerontologia social/crítica, a institucionalização desse modelo, sobretudo o europeu, permitiu que as 3ª/4ª Idades, enquanto tempos sociais para uma vida reformada da atividade económica/produtiva, recriassem a velhice/o envelhecimento em termos dum novo grupo social, com uma estrutura política (cidadania), económica (pensão vitalícia de velhice) e social (sistemas de proteção, segurança, cuidado, educação, lazer). Com efeito, foram criadas duas teorias da estruturação, que pretenderam analisar as 3ª/4ª Idades, como uma relação social entre os campos político e económico que, aparentemente, favorecia, ao mesmo nível, classes e estruturas sociais distintas (p.e., a classe operária e os mercados de consumo).

A primeira teoria, *Cumulative Advantage and Disadvantage*, apoiou-se nas perspetivas feministas, teoria da continuidade (psicologia do desenvolvimento) e teorias neomarxistas, e, grosso modo, defendeu que as 3ª/4ª Idades eram uma relação social entre envelhecimento biológico e processos de acumulação de capitais (económicos, sociais, biológicos).¹² Assim, as condições de classe que estruturariam a vida ativa seriam as mesmas na vida inativa ou piores, devido às consequências da senescência na agência humana. Como explicou Crystal (2006, p.207):

[...] na meia idade, as relações entre condições económicas e de saúde tornam-se mais explícitas [...]; elas tornam-se mais evidentes, depois de décadas de exposição a diferentes condições de *stress* e de risco; as desigualdades são influenciadas pelos diferentes percursos [*pathways*] socioeconómicos e de comportamentos saudáveis [(im) possíveis], diferenças no acesso aos sistemas de saúde [...] e diferenças nas estratégias de adaptação às condições de *stress* das ocupações.

A segunda teoria, *Dependência Estrutural*, foi semelhante à primeira e enfatizou a diferenciação social entre grupos de reformados(as), criada pelos sistemas/esquemas de segurança/proteção social à velhice, porque reproduziam, durante a vida inativa, a desigualdade da vida ativa, tendo em conta a estruturação de classes e geracional, subjacente ao modelo de contribuição e beneficiação.¹³ Como explicou Walker (1996b, p.33):

[...] não há dúvida que a reforma, e não o envelhecimento, impõe-se como um processo de redução do estatuto socioeconómico para a maioria das pessoas idosas [...], o qual [processo], está dependente do estatuto socioprofissional anterior [à reforma]. Por exemplo, a desigualdade dos rendimentos entre escalões de contribuição/reforma. Mulheres e outros grupos sociais com tempos parciais de trabalho começam a reforma em desvantagem. Mas também existem as desigualdades entre gerações (coortes de idade) que têm acessos diferenciados a esquemas “emergentes” e “novos” de segurança, como esquemas privados e ocupacionais de provisão das pensões de velhice.

Ambas as teorias, por um lado, pretenderam analisar, simultaneamente, a diferença entre as categorias das 3ª/4ª Idades e da complexidade da velhice/do envelhecimento, assim como a construção social da simbiose entre ambas as categorias. E, por outro, criticar a reprodução social das condições de classe (económicas, políticas, sociais, culturais) por via da universalização dos sistemas

¹² Cf. Dannefer (2003), Crystal; Shea (2002) e Crystal (2006).

¹³ Cf. Estes (1979, 1993) e Phillipson (1982).

de segurança/proteção social. Por fim, as teorias da estruturação pretenderam identificar potenciais, estruturas de (in)sustentabilidade dos ES e CSG (económica e política), criadas: (i) pela falta de unanimidade entre todos os seus agentes sobre a distribuição dos tempos produtivos e dos tempos de lazer durante o curso de vida; (ii) e pela forma diferenciada de regulação, exercida ou por Estados-nação, que procuravam salvaguardar os interesses dos seus(suas) cidadãos(ãs)-eleitores(as), ou por Mercados, progressivamente, mais globais, neoliberais e “invisíveis” à regulação do Estado (PHILLIPSON, 1998, 2013).

Partindo da premissa estrutural dessas teorias, a gerontologia social/crítica, ainda, popularizou uma teoria sociocultural sobre a construção social das 3^a/4^a Idades. Nesse caso, defendeu que a sua institucionalização política e económica, recriou o “espaço social” da população idosa reformada, porque permitiu a emergência de novos “campos e habitus” (BOURDIEU, 2010, 2011) e, portanto, novos estilos de vida, modos de consumo, tipos de lazer (vestuário, alimentação, medicação, turismo, educação), subjetividades e intersubjetividades (símbolos), identidades e alteridades (opções individuais), particular à população idosa e reformada (BLAIKIE, 1999; KATZ, 2009).

Ao privilegiar uma política e uma economia baseadas na universalização de bens e serviços do bem-estar, da segurança e do cuidado da velhice/do envelhecimento, os agentes dos modernos ES e CSG instituíram os lugares (físicos, sociais e culturais) usados, quase exclusivamente, por pessoas idosas reformadas (nas 3^a/4^a Idades), desde organizações de cuidado e ocupação do tempo livre (lares, residências, termas, lazer sénior, atividades educativas e culturais), até aos espaços públicos usados por idosos(as) (jardins públicos, praças da cidade, centros de saúde, igrejas e cemitérios, casas do povo, associações, tascas, habitação, ruas de bairro, transportes públicos). Para Jones *et al.* (2008, p.114):

[...] a vida depois do trabalho é preenchida pela variedade de estilos de vida, incertezas, ansiedades e aspirações; [como] campo cultural, ela compromete distinções de classe, *status*, raça ou género, [e também] o consumismo massivo que deu origem a práticas novas de consumo seguidas pelas gerações póstumas.

Essa abordagem gerontológica considerou a “preocupação idosa” como uma forma de desenvolvimento civilizacional numa sociedade marcada pela memória de duas guerras mundiais. E, nesse sentido, ampliou a teoria de classe social para lá dos limites da estruturação política e económica, ao considerar as relações sociais entre: (i) os investimentos macrosociais na regulação do Estado sobre o Mercado; (ii) relações laborais *fordista* e *keynesiana*; (iii) as políticas (públicas e privadas) de universalização de bens e serviços especializados no bem-estar, segurança e cuidado da velhice/do envelhecimento; (iv) e a emergência microsocial de novos “campos e habitus” geracionais e formação de contextos e culturas da velhice/do envelhecimento (o *third-ageism*).

A RECONSTRUÇÃO DE CONTEXTOS/CULTURAS DA VELHICE/DO ENVELHECIMENTO NAS 3^a/4^a IDADES

A partir dos anos 90 do séc. XX, os discursos proferidos e as práticas acionadas por agências da política e economia (BM, OCDE, FMI) para defender sistemas tripartidos

de segurança/proteção social (público/mínimo; privado/fundo de pensão; pessoal/complementar) instituíram o “ímpeto reformista” (MENDES, 2011) na construção social de contextos/culturas da velhice/do envelhecimento. Se, a jusante, tinha sido possível reproduzir o modelo de justiça social intergeracional, atribuindo direitos e deveres, a todos os parceiros, grupos e tempos sociais, a montante, esse modelo tornou-se, discursivamente, insustentável e pouco solidário, justificado pelas consequências do envelhecimento demográfico e social.¹⁴

Doravante até aos dias de hoje, nas ditas *sociedades da abundância*, as estruturas sociais (demográficas, políticas, económicas, ideológicas), que tinham organizado a sustentabilidade solidária dos modernos ES e CSG, são, agora, postas em causa pelos “estilhaços” dos processos neoliberais da globalização e transnacionalização das agências políticas (Estados-nação) e económicas (Mercados), com impactos diretos:

(i) na realização e projeção dos tempos sociais, nos rituais de passagem entre idades ativas e inativas e nas condições de estadia em cada tempo/idade (atraso na entrada na vida ativa; individuação, flexibilização e precarização das trajetórias e dos contratos sociais; aumento da idade da reforma; envelhecimento ativo e produtivo);¹⁵

(ii) na regulação e retenção das contribuições para os sistemas públicos de segurança e de proteção social, tendo em conta a emergência dum “microcorporativismo” (COSTA, 2008) e, concomitante, fragilização dos ES e CSG (*offshores*; fuga aos impostos; uso de fundos sociais para financiar a economia);¹⁶

(iii) e na “fascização da sociedade” (SANTOS, 1995, 2003) que, nas experiências de crise e sem alternativas concretas no “horizonte da esperança” (percepção intersubjetiva), tende a submeter-se a discursos e práticas fatalistas, que atribuem a responsabilidade da crise aos(às) beneficiários(as) de sistemas públicos de proteção/segurança social (p.e., as pessoas idosas reformadas), e, portanto, “justamente” devem ser “punidos e castigados”.

A nova conjuntura implicou a reformulação do foco construtivista da gerontologia social/crítica, para o foco na reconstrução da complexidade bio-psico-socio-cultural da velhice/do envelhecimento, provocado pela reestruturação da instituição política e económica das 3^a/4^a Idades. Portanto, as teorias da reconstrução, apenas, aprofundam a análise socioantropológica da construção dos contextos e culturas da velhice e do envelhecimento nas 3^a/4^a Idades.¹⁷ E, no mesmo sentido, acentuam a crítica à indolência da universalização dos modernos ES e CSG, ora aos Estados ocidentais e (pós)industrializados (p.e., Portugal), ora, numa lógica de justiça e desenvolvimento social-global, aos mundos emergentes do Sul (numa perspetiva de diálogo intercultural e de intercompreensão das especificidades socioculturais e político-económicas).¹⁸

Precisamente no mundo ocidental e pós-industrializado, as *teorias da reconstrução*

¹⁴ Cf. Estes; Phillipson (2002) e Estes; Wallace (2013).

¹⁵ Guillemard (1989), Kholi *et al.* (1991) e Kholi; Arza (2008).

¹⁶ Cf. Varela (2013).

¹⁷ Cf. Phillipson (1998, 2013a).

¹⁸ cf. Daatland; Biggs (2006).

realçam a crítica às agências responsáveis pelos novos fenómenos de exclusão e desigualdade social, inter e intrageracional. Nesse sentido, analiticamente, constroem-se novas relações sociais entre, por um lado, as estruturas socioculturais da vida social pós-moderna¹⁹ e, por outro, a exclusão e desigualdade social dos(as) reformados(as) das classes sociais que, durante o tempo social da vida ativa, não podem acumular suficientes capitais (políticos, económicos, sociais, culturais), para garantir as mesmas oportunidades de bem-estar, segurança e cuidado que, no pós-guerras mundiais, tinham garantido e construíram o *third-ageism*, aquando da transição da vida ativa para a vida inativa das 3ª/4ª Idades.

UMA TEORIA DA RECONSTRUÇÃO: CULTURAS URBANAS DA VELHICE E PERTENÇAS DOS(AS) IDOSOS(AS)

Circunscrevendo as teoria da reconstrução, apenas, às problemáticas relacionadas com a formação, no espaço/tempo urbano, de contextos e culturas da velhice/do envelhecimento nas 3ª/4ª Idades, destacou-se, pela anterioridade, o trabalho de Rowles (1978), que apresentou a tese sobre impacto da geografia nas experiências e pertenças das pessoas idosas nas 3ª/4ª Idades, e da sua relação com o volume de capitais (económicos, sociais e culturais) aforrados, ao longo do curso de vida ativa.²⁰ Essa tese foi estruturante para a problemática gerontológica da construção e reconstrução de contextos/culturas da velhice/do envelhecimento nas 3ª/4ª Idades, nos espaços/tempos rural ou urbano.²¹

Assim, na análise das culturas rurais da velhice/do envelhecimento, privilegia-se objetos e problemáticas relacionados com: (i) a desertificação e o envelhecimento populacional, descapitalizadas do capital humano jovem, em prol da transferência do poder político e económico para o espaço/tempo urbano com melhores condições de vida; (ii) precarização social devido ao afastamento a/de serviços económicos básicos (postos de correio, serviço bancário, superfícies comerciais); (iii) e desqualificação política relativamente à não abrangência de políticas sociais e culturais, materializadas em serviços públicos e/ou privados (creches, escolas, universidades, polícia, tribunais, finanças, segurança social; redes formais de cuidados na velhice, sistemas de saúde e educação).

No caso das culturas urbanas, privilegiam-se os objetos e as problemáticas relacionados com: (i) as assimetrias socioeconómicas, sociopolíticas e socioculturais entre “centro” urbano (económicos, políticos, sociais, culturais) e “periferia” semiurbana (etnizadas, guetizadas, envelhecidas, multiculturais, degradadas, excluídas); (ii) e os fenómenos de exclusão e desigualdade social intrageracional, provocados pela influência da globalização e gentrificação nas pertenças espaciais/temporais dos contextos e culturas urbanas da velhice/do envelhecimento, no quadro da governação dos ES e CSG.

Neste artigo, dá-se especial atenção aos contextos e às culturas urbanas da velhice e

¹⁹ Incluem-se os seguintes conceitos identitários da pós-modernidade: reflexividade, individuação, risco, desterritorialização, desmaterialização, flexibilização, competitividade, globalização, desregulação, neoliberalismo (Beck; Giddens; Lash, 1997; Giddens, 2005; Santos, 1988, 1989).

²⁰ Cf. Rowles; Ravidal (2002).

²¹ Cf. Scharf; Phillipson; Smith (2003, 2005), Phillipson; Scharf (2005), Buffel; Phillipson (2011), Buffel *et al.* (2012), Buffel; Phillipson; Scharf (2013) e Phillipson (2013b).

do envelhecimento (nas 3^a/4^a Idades) e, em particular, à construção de pertencas ao espaço/tempo da vida quotidiana, numa conjuntura de globalização e gentrificação. Entende-se que esses processos (globalização e gentrificação) estão a fragmentar as pertencas aos lugares de origem social/classe (trabalho, comunidade, família), sobretudo nos grupos com menores capitais (sociais, políticos, económicos, culturais). Ao criar estruturas de “descontextualização e recontextualização” de tradições, percepções e identidades,²² a globalização tornou-se um modo de separação entre “pertencas elitista, excludente, amnésica e nostálgica” (PHILLIPSON, 2007).

CONFIGURAÇÕES DE PERTENCAS IDOSAS: ELITISTA VS EXCLUDENTE E AMNÉSICA VS NOSTÁLGICA

As pertencas elitistas caracterizam-se por se formarem a partir do individualismo, da reflexividade e do risco nas e das experiências e trajetórias biográficas. Portanto, são reconhecidas nos grupos de pessoas idosas reformadas, que constroem os laços de pertença aos lugares de origem social/classe (trabalho, comunidade, família), afastando-se das suas tradicionais estruturas, mas, apenas, quando existe a “congruência entre capitais culturais [biografia, identidade, educação] e os capitais económicos [rendimentos, heranças]” (SAVAGE; BAGNALL; LONGHURST, 2005, p.207). Um analisador das pertencas elitistas é a escolha da residência nas 3^a/4^a Idades. Assim, conhecem-se as experiências de *retirement migration* e *snowbirds*,²³ realizadas pelos(as) idosos(as) que, nas 3^a/4^a Idades, têm, ao mesmo tempo e em congruência, capitais aforrados, motivações individuais e podem separar-se, sem prejuízo para si próprios(as) ou para outrem, dos lugares de origem social/classe.

Além destas, podem-se acrescentar as experiências de migração do operariado rural/urbano, relacionadas com as trajetórias de regresso aos lugares de origem social/classe, aquando da entrada nas 3^a/4^a Idades. Devido à conjuntura do curso de vida ativa e recomposição familiar/comunitária fora/dentro do lugar de origem/classe, a entrada nas 3^a/4^a Idades pode significar a oportunidade de regressar, definitivamente, à “terra natal” ou viver, sazonalmente, em cada lugar, justificado pelos laços familiares e comunitários e, também, pelos benefícios da globalização das tecnologias da informação e comunicação. A este nível, não se estranha que a intervenção e investigação da gerontologia educativa venha privilegiando a projetos e problemáticas relacionados com as tecnologias da comunicação/informação.²⁴

Por oposição a estas, as pertencas excludentes identificam-se com grupos de pessoas idosas reformadas que têm de reproduzir pertencas aos lugares de origem social/classe (trabalho, comunidade, família) construídos na vida ativa, devido à estrutura de classe social particular (classes com menos capitais acumulados). Nesse grupo de pertencas, encontram-se os(as) reformados(as) do operariado assalariado e proletariado ou pessoas idosas com benefícios mínimos (ou mesmo excluídas) de sistemas de segurança/proteção social (p.e., viúvas, migrantes, minorias, não contribuintes), e que correm riscos elevados de pauperização, dependência e/ou isolamento de redes interpessoais familiares e comunitárias.²⁵

²² Cf. Beck; Giddens; Iash (1997) e Giddens (2005).

²³ Cf. Phillipson (2007).

²⁴ Cf. Foley (2004).

²⁵ Cf. Savage; Bagnali; Longhurst (2005).

As pertenças excludentes são, por isso, associadas aos fenómenos de exclusão e desigualdade social, e são mais visíveis em bairros sociais e operários, progressivamente desqualificados e marginalizados das lógicas de acumulação e centralização capitalista dos espaços urbanos. Por essa razão, entende-se que as pertenças excludentes se estruturam por uma política e economia urbana, que empurra para as margens idosos(as) sem capitais suficientes para assegurar uma condição de bem-estar, segurança e cuidado “média”, constituída por condições materiais de sobrevivência: pensão, habitação, acessos, atividades, espaços verdes, redes interpessoais de cuidado, serviços sociais.²⁶

O outro lado das pertenças elitista e excludente tem que ver com a sua dimensão temporal. Para Becker (1980, 1997), as pertenças temporais forjadas pelas pessoas idosas servem para conservar sentidos de identidade aos lugares de origem social/classe. Nesse caso, privilegia-se a análise da relação social entre, de um lado, a percepção que os(as) reformados(as) fazem do tempo e, do outro: (i) os capitais (económicos, sociais, culturais) acumulados na vida ativa; (ii) a intervenção no poder político através do poder de voto e poder de compra; (iii) e as rápidas transformações sociais e culturais, influenciadas pela globalização e gentrificação dos espaços socioculturais e históricos (PHILLIPSON, 2007).

Nesse caso, as pertenças amnésicas materializam-se nas motivações de alguns grupos de idosos(as) sobre uma residência para viver as 3^a/4^a Idades, e a concomitante opção por condomínios de luxo ou *resorts* turísticos, nos quais encontram, facilmente: (i) equipamentos sociais-públicos (espaços verdes) e acessos (vias e sinalização seguras e adaptadas); (ii) mercados privados de bens/serviços (redes de gás, saneamento e canalização da água, elétrica, telefónica, *internet*, transportes, centros comerciais, farmácia); (iii) e instalação física de bens/serviços sociais-públicos (escola, hospitais, tribunais, correios, segurança social).

Por oposição, a materialização das pertenças nostálgicas está relacionada com a governação capitalista do espaço urbano, que autoriza a destruição dos lugares de origem social/classe de uns, em prol dos interesses e desejos, elitistas e amnésicos, de outros. Com efeito, as alianças entre interesses privados de classes média-alta e elites sociais muito capitalizadas e agendas públicas de urbanização (nacionais, regionais, locais), por um lado, e os ganhos económicos e políticos, por outro, permitem que as agências da requalificação urbana ajam, sem considerar os significados (afetos, memórias) que alguns grupos de idosos(as) reformados(as) atribuem a infraestruturas urbanas intervencionadas, por terem sido os seus lugares de origem social/classe (fábricas, bairros, teatros, praças públicas). Uma prática de “violência simbólica” (BOURDIEU, 2010, 2011), tanto para a história e património de uma cidade, como para os afetos e as memórias das pessoas com um longo curso de vida.

CONCLUSÃO: QUANDO CHEGAR ÀS 3^a/4^a IDADES NEM É VIVER PERTENÇAS ELITISTA/AMNÉSICA, NEM É VIVER PERTENÇAS EXCLUDENTE/NOSTÁLGICA...

Em todos os casos é possível, assim como pode ser desejável, manter os laços de pertença aos lugares de origem social/classe, principalmente, à comunidade

²⁶ Cf. Ogg (2005) e Ogg; Bonvalet (2007).

e à família. Porém, entende-se que as pertenças espaciais/temporais não são, apenas, as dicotomias referidas, quando se trata de analisar contextos/culturas urbanas da velhice/do envelhecimento nas 3ª/4ª Idades. No espaço urbano, podem ser encontrados grupos de pessoas idosas reformadas, formados por pares de pertenças, como parte dos processos de reconstrução e das articulações entre estruturas de classe social e estruturas geracionais, que determinam os capitais aforrados no curso de vida ativa e as contribuições/os benefícios dos sistemas de segurança/proteção social (públicos e privados).

Assim, frequentemente as pertenças elitistas são, apenas, individualizadas, reflexivas e, ainda, um risco para as estruturas tradicionais, que organizaram a vida ativa. Portanto, elas têm uma maior tendência de estarem associadas às pertenças amnésicas, porque esses grupos de reformados(as) têm capitais suficientes para viver as 3ª/4ª Idades, podendo “esquecer e ignorar” as responsabilidades (económicas, sociais, familiares) da vida ativa e, portanto, viver uma velhice e um envelhecimento em bem-estar, segurança e cuidado, numa condição desmercantilizada.

Por oposição, reformados(as) de classes sociais menos capitalizadas e por sistemas de contribuição à segurança/proteção social menos beneficiadores, tendem a associar pertenças excludentes e nostálgicas para “justificarem e sobreviverem” com as tendências neoliberais dos modernos ES e CS, a saber: (i) a diminuição da regulação e participação do Estado na universalização de bens/serviços de bem-estar, segurança e cuidado às pessoas idosas reformadas; (ii) a diminuição da participação da sociedade civil nos processos de decisão política; (iii) e a defesa da hegemonia dos mercados e do regime capitalista na regulação de bens/serviços sociais (CARDOSO *et al.*, 2012, RAMALHO, 2012; SÃO JOSÉ; TEIXEIRA, 2014).

MAS TAMBÉM PODE SER A CONSTRUÇÃO DE PERTENÇAS LOCAIS E CIDADANIAS ALTERNATIVAS!

Para terminar, também se pretende mostrar que não existe um único quadro de análise sobre as pertenças idosas, suas dicotomias e pares. A partir das conclusões de uma investigação etnográfica com idosos(as) reformados(as) da classe operária e por um sistema público de pensões de velhice (a Segurança Social Portuguesa),²⁷ compreende-se que a reconstrução de contextos/culturas da velhice e do envelhecimento nas 3ª/4ª Idades é, sobretudo, o resultado do curso de vida coletiva, vida quotidiana e mentalidades ou reflexividades idosas. Com efeito, existem grupos locais de pessoas idosas reformadas, formados a partir de pertenças locais e cidadanias alternativas aos lugares de origem social/classe.

²⁷ A investigação etnográfica foi realizada pelo primeiro autor e orientada pelos dois outros no âmbito de um programa doutoral em Ciências da Educação (2009-2014). Nessa investigação, fez-se uma etnografia com os(as) idosos(as) reformados(as) da Fábrica de Porcelana da Vista Alegre, os(as) quais, sobretudo os homens idosos, se reuniam, quotidianamente, num jardim público do Bairro Social da Fábrica (Bairro da Vista Alegre), para conversar sobre “estórias de vida”, “vida quotidiana” e “mentalidades (reflexividades)”. Durante quase um ano e meio, o primeiro autor desenvolveu os seguintes métodos de investigação: trabalho de campo e observação participante no Bairro da Vista Alegre e, precisamente, no jardim público (conhecido, localmente, por lugar dos reformados); pesquisa documental nos arquivos do Museu Histórico da Vista Alegre e da Biblioteca do Museu Marítimo de Ílhavo; diário de campo das conversas dos(as) idosos(as), ou escutadas no lugar dos reformados ou nas suas residências; e, por fim, análise de conteúdo dessas conversas e dos documentos históricos transcritos.

Em termos de análise social/crítica gerontológica, podem incluir-se neste “universo social” grupos de pessoas idosas reformadas que, não obstante a condição de classe (capitais aforrados) e geracional (recursos ontogénicos e socioculturais), fazem a opção voluntária de manter as pertenças aos lugares de origem social/classe, nomeadamente à família, comunidade e, também, ao trabalho (p.e., trabalho remunerado; trabalho doméstico). Essa opção é estruturada por processos de educação e socialização, incorporados como *habitus* de classe e geracionais, e pode ser observada e escutada em lugares de reformados (desde o jardim público aos cafés da cidade), nos quais, numa forma “espontânea”, os(as) idosos(as) organizam as suas conversas sobre histórias de vida, vida quotidiana e mentalidades/reflexividades, a partir das pertenças locais e cidadanias alternativas aos lugares de origem social/classe.

Assim, por pertenças locais e cidadanias alternativas, entende-se uma parte da agência das pessoas idosas reformadas na conjuntura da reconstrução dos contextos/das culturas da velhice e do envelhecimento nas 3^a/4^a Idades. Uma agência formada pelas estruturações de classe, geracionais e, também, pela necessidade de manter a vida ativa numa, nova, conjuntura de dependências intrafamiliares dos(as) agregados(as) jovens/adultos. Nesse contexto, os(as) idosos(as) reformados(as) são confrontados com o “peso” dos *habitus* de classe e geracionais socializados e aprendidos, os quais se materializam em comportamentos de responsabilização pelas gerações jovens e adultas, e por afetos e sentimentos que os(as) ligam à família e comunidade.

Em suma, apesar dos discursos da reconstrução defenderem velhices e envelhecimentos ativos e produtivos como política de sustentabilidade dos modernos ES e CSG, o uso social e a dupla ruptura da gerontologia social/crítica mostram que existem contextos e culturas nas 3^a/4^a Idades formadas com diferentes pertenças a todos os lugares de origem social/classe, devido à socialização dos *habitus* de classe e geracionais, e às suas expressões sociais intersubjetivas. A investigação etnográfica referenciada permitiu compreender que, independentemente da classe social, a geração idosa opta por manter as pertenças ao trabalho e à comunidade da vida ativa, devido à necessidade e mentalidade, de “ajudar” os(as) filhos(as) e os(as) netos(as) (família), numa conjuntura de novas dependências intrafamiliares, provocadas, por exemplo, pela flexibilização e individuação dos contratos sociais.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Benedict. **Imagined communities**: reflections on the Origin and spread of nationalism. Londres: Verso, 1991.

BECK, Ulrich; GIDDENS, Anthony; LASH, Scott (ed.). **Modernização Reflexiva**: Política, Tradição e Estética na Ordem Social Moderna. São Paulo: Editora UNESP, 1997.

BECKER, Gay. **Growing old in silence**. Berkeley: University of California Press, 1980.

_____. **Disrupted lives**: how people create meaning in a chaotic world. Berkeley: University of California Press, 1997.

BLAIKIE, Andrew. **Ageing and popular culture**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção**: uma crítica social da faculdade do juízo. Lisboa: Edições 70, 2010.

_____. **O Poder Simbólico**. Lisboa: Edições 70, 2011.

BUFFEL, Tinne *et al.* Theorising the relationship between older people and their immediate social living environment. **International Journal of Lifelong Education**, v.31, n.1, p.13-32, 2012.

BUFFEL, Tinne; PHILLIPSON, Chris. Experiences of place among older migrants living in inner-city neighbourhoods in Belgium and England. **Diversité Urbaine**, v.11, n.1, p.13-37, 2011.

BUFFEL, Tinne; PHILLIPSON, Chris; SCHARF, Thomas. Experiences of neighbourhood exclusion and inclusion among older people living in deprived inner-city areas in Belgium and England. **Ageing and Society**, v.33, n.1, p.89-109, 2013.

CARDOSO, Susana *et al.* Estado e políticas sociais sobre a velhice em Portugal (1990-2008). **Análise Social - Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa**, v.47 (XLVII), n.204, p.606-630, jul.-set. 2012. Disponível em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/AS_204_d02.pdf>. Acesso em: 26 jul. 2015.

COSTA, Hermes Augusto. **Sindicalismo global ou metáfora adiada?** Discursos e práticas transnacionais da CGTP e da CUT. Porto: Edições Afrontamento, 2008.

CRYSTAL, Stephen; SHEA, Dennis. Introduction Cumulative Advantage, Public Policy, and Inequality in Later Life. **Annual Review of Gerontology and Geriatrics**, v.22, n.1, p.1-13, 2002.

CRYSTAL, Stephen. Dynamics of late-life inequality: modelling the interplay of health disparities, economic resources and public policies. In: BAARS, Jan *et al.* (ed.). **Ageing, globalization and inequality: The new critical gerontology**. New York: Baywood Publishing Company, 2006. p.183-204.

DAATLAND, Svein O.; BIGGS, Simon (ed.). **Ageing and diversity: Multiple pathways and cultural migrations**. Bristol: Policy Press, 2006.

DANNEFER, Dale. Cumulative advantage/disadvantage and the life course: cross-fertilizing age and social science theory. **Journal of Gerontology**, v.58, n.6, p.327-337, 2003.

ESPING-ANDERSEN, Gosta. **The three worlds of welfare capitalism**. New Jersey: Princeton University Press, 1990.

_____. **Três lições sobre o Estado-Providência**. Lisboa: Campo de Comunicação, 2009.

ESTES, Carrol L. **The aging enterprise**. San Francisco: Jossey Bass, 1979.

_____. The aging enterprise revisited. **The Gerontologist**, v.33, n.3, p.292-298, 1993.

ESTES, Carrol L.; PHILLIPSON, Chris. The globalization of capital, the welfare state and old age policy. **International Journal of Health Services**, v.32, n.2, p.279-297, 2002.

ESTES, Carrol L.; WALLACE, Steve P. Globalization, social policy, and ageing: a north american perspective. In: DANNEFER, Dale; PHILLIPSON, Chris (ed.). **Handbook of Social Gerontology**. London: SAGE Publications, 2013. p.513-524.

FOLEY, Griff. **Dimensions of adult learning: Adult education and training in a global era**. Berkshire: Open University Press, 2004.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica: Curso dado no Collège de France (1978-1979)**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. Oeiras: Celta Editora, 2005.

GILLEARD, Christopher; HIGGS, Paul. **Cultures of ageing: Self, citizen and body**. London: Printice-Hall, 2000.

_____. **Contexts of ageing: Class, cohort and community**. Cambridge: Policy Press, 2005.

GUILLEMARD, Anne-Marie. Trend towards early labour force withdrawal and the reorganization of the life course. In: JOHNSON, Paul; CONRAD, Christoph; THOMSON, David

(ed.). **Workers versus Pensioners**: intergenerational justice in an ageing world. Manchester: Manchester University Press, 1989. p.164-180.

JONES, Ian Rees *et al.* **Ageing in a consumer society**: from passive to active consumption in Britain. Bristol: Policy Press, 2008.

KATZ, Stephen. **Cultural aging**: Life course, lifestyle, and senior worlds. Toronto: University of Toronto Press, 2009.

KOHLI, Martin; ARZA, Camila. Introduction: the political economy of pension reform. In: KOHLI, Martin; ARZA, Camila (ed.). **Pension reform in Europe**: politics, policies and outcomes (1-22). London: Routledge, 2008. p.1-22.

KOHLI, Martin *et al.* (ed.). **Time for retirement**: comparative studies of early exit from the labour force. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

LASLETT, Peter. **A fresh map of life**: The emergence of the third age. London: Weidenfeld & Nicolson, 1991.

MENDES, Fernando Ribeiro. **Segurança social**: O futuro hipotecado. Lisboa: FFMS, 2011.

MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. Lisboa: Instituto Piaget, 1995.

_____. **O problema epistemológico da complexidade**. Lisboa: Publicações Europa-América, 1996.

OGG, Jim. **Heatwave**: implications of the 2003 French heat wave for the social care of older people (working paper nº 2). Paris: The Young Foundation, 2005.

OGG, Jim; BONVALET, Catherine. Ageing in Inner Cities: the residential dilemmas of the baby boomer generation. **International Journal of Ageing and Later Life**, v.2, n.2, p.88-97, 2007.

PHILLIPSON, Chris. **Capitalism and the construction of old age**. London: Macmillan, 1982.

_____. **Reconstructing old age**: New agendas in social theory and practice. London: SAGE Publications, 1998.

_____. The "elected" and the "excluded" sociological perspectives on the experience of place and community in old age. **Ageing and Society**, v.27, n.3, p.321-342, 2007.

_____. **Ageing**. Cambridge: Policy Press, 2013a.

_____. Ageing and urban society: growing old in the "Century of the City". In: DANNEFER, Dale; PHILLIPSON, Chris (ed.). **Handbook of social gerontology**. London: SAGE Publications, 2013b. p.597-606.

PHILLIPSON, Chris; SCHARF, Thomas. Rural and urban perspectives on growing old: developing a new research agenda. **European Journal of Ageing**, v.2, n.2, p.67-75, 2005.

RAMALHO, Henrique. O punho do capitalismo: o Estado social e o cidadão na atual planificação social. **Configurações**, n.10, p.13-28, 2010.

ROWLES, Graham. **Prisoners of space?**: Exploring the geographical experience of older people. Boulder CO: Westview Press, 1978.

ROWLES, Graham; RAVDAL, Hege. Aging, place and meaning in the face of changing circumstances. In: WEISS, Robert S.; BASS, Scott A. (Ed.). **Challenges of the third age**: meaning and purpose in later life. New York: Oxford University Press, 2002. p.81-114.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as ciências**. Porto: Edições Afrontamento, 1988.

_____. **Introdução a uma ciência pós-moderna**. Porto: Edições Afrontamento, 1989.

_____. Sociedade-Providência ou Autoritarismo Social? **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n.42, p.i-vii, 1995. Disponível em: <<http://www.ces.uc.pt/rccs/includes/download.php?id=557>>. Acesso em: 26 jul. 2015.

_____. Poderá o Direito ser emancipatório?. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n.65, p.3-76, 2003. Disponível em: <<http://rccs.revues.org/1180>>. Acesso em: 26 jul. 2015.

SÃO JOSÉ, José de; TEIXEIRA, Ana R. Envelhecimento ativo: contributo para uma discussão crítica. **Análise Social**, v.49 (XLIX), n.210, p.28-54, jan.-mar. 2014.

SAVAGE, Mike; BAGNALL, Gaynor; LONGHURST, Brian. **Globalization and belonging**. London: SAGE Publications, 2005.

SCHARF, Thomas; PHILLIPSON, Chris; SMITH, Allison E. Older people's perceptions of the neighbourhood: evidence from socially deprived urban areas. **Sociological Research Online**, v.8, n.4, s/p, nov. 2003. Abstract and restricted access to full text to readers on institutional networks disponível em: <<http://www.socresonline.org.uk/8/4/scharf.html>>. Acesso em: 26 jul. 2015.

_____. Social exclusion of older people in deprived urban communities of England. **European Journal of Ageing**, v.2, n.2, p.76-87, 2005.

SILVA, Manuel Carlos. Desigualdade e exclusão social: de breve revisitação a uma síntese proteórica. **Revista de Sociologia Configurações**, n.5/6 - Exclusões, poderes e (sub)culturas, p.11-40, 2009. Disponível em: <<http://configuracoes.revues.org/132>>. Acesso em: 26 jul. 2015.

THANE, Pat (ed.). **The long history of old age**. London: Thames & Hudson, 2005.

VARELA, Raquel. A "eugeniização da força de trabalho" e o fim do pacto social. Notas para a História do Trabalho, da Segurança Social e do Estado em Portugal. In: VARELA, Raquel A. (ed.). **A segurança social é sustentável: Trabalho, Estado e Segurança Social em Portugal**. Lisboa: Bertrand Editora, 2013. p.23-87.

WALKER, Alan. Introduction: the new generational contract. In: WALKER, Alan (ed.). **The new generational contract: intergenerational relations, old age and welfare**. London: UCL Press, 1996a. p.1-9.

_____. Intergenerational relations and the provision of welfare. In: WALKER, Alan (ed.). **The new generational contract: intergenerational relations, old age and welfare**. London: UCL Press, 1996b. p.10-36.

Data da submissão: 15/05/2015

Data da aprovação: 06/06/2015